



A IMPORTÂNCIA DO RELACIONAMENTO FAMILIAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DA CRIANÇA COM TRANSTORNO MENTAL

Arineyde Maria D'Almeida Alves de Oliveira; Mary Ellen Valois da Mota Cândido; Jaciara de Lira Almeida Dantas; Patrícia Oliveira de Andrade; Adriana de Andrade Gaião e Barbosa
(orientadora)

(Universidade Federal da Paraíba, arineyde_oliveira@hotmail.com)

RESUMO: Este estudo tem a pretensão de apresentar resultados de pesquisas realizadas sobre a importância do relacionamento familiar no processo de inclusão social da criança com transtorno mental, tendo como enfoque o estado emocional dos genitores em relação à situação exposta, a interferência dos problemas comportamentais destas crianças na rotina do lar e, a importância do relacionamento com seus familiares para seu desenvolvimento e convivência em sociedade. Cuidar de uma criança portadora desse tipo de transtorno demanda conhecer sobre a patologia, seu tratamento e buscar informações de como se lidar no dia-a-dia. Entretanto, pode-se usufruir de um ambiente com qualidade de vida satisfatória, o que advém de conhecimento sobre todo o processo, apoio profissional e empenho por parte da família em incluir socialmente a criança com transtorno mental no seio da sociedade. Estudos demonstram que, é preponderante o envolvimento ativo da família em prol desta inclusão e que, quando encontram-se meios para superar o quadro exposto, melhora-se a qualidade de vida, não só da criança com transtorno mental, mas também como de todos os familiares envolvidos no processo. Por este motivo, este artigo almejou tanto trazer mais informações acerca do assunto, uma vez que estudos sobre esta temática ainda estão escassos no Brasil, quanto propor estratégias que auxiliem as famílias a lidar com um novo estilo de vida, que é o de ter um novo membro com transtorno mental entre eles, sabendo que apesar de fazerem parte de uma população de risco, é possível atenuar as consequências dessa situação.

Palavras-chave: Relacionamento familiar. Transtorno mental. Inclusão Social.

INTRODUÇÃO

A família é a primeira instituição social a qual a criança faz parte. É também na família que comportamentos são aprendidos e atitudes como aceitação, rejeição, aprovação, compreensão entre outros, ganham um significado mais relevante (CARVALHO; ALMEIDA, 2003).

Bolsoni-Silva, Del Prette e Oishi (2003) afirmam que através da família, os comportamentos e normas sociais, valores, princípios e crenças, são aprendidos pelas crianças e refletidos em sua maneira de se portar diante das diversas situações a que estiverem envolvidas, por este motivo o contexto familiar e as interações entre pais e filhos, são



essenciais para que se firmem relações educativas que busquem promover o desenvolvimento social dos filhos.

Quando uma mulher engravida, a família engravida junto, e inicia-se aí, toda a construção subjetiva de como será a criança. Faz-se menção de sexo, cor, se vai ter mais semelhanças com o pai ou com a mãe, mas no fundo todos acreditam que será uma criança perfeita, em todos os aspectos.

A notícia de que algo não saiu tão bem quando se acreditava, também é dada primeiro à família, que recebe todo impacto em primeira mão. Essa notícia pode vir antes do nascimento, como no caso de algumas síndromes, pode vir no momento em que a criança nasce, ou mesmo alguns anos depois. Porém, em toda ocasião, arremate sentimentos diversos de medo, dúvida, impotência, luto, desespero, desconfiança, que ao longo do tempo, podem ser administrados e/ou superados, mas também estão sujeitos a perdurar por toda a vida.

Por estas razões, julga-se efetivamente necessário o envolvimento da família no processo terapêutico da criança com necessidades especiais, visando a inserção social do indivíduo para que o mesmo desenvolva boa convivência com outras pessoas e, principalmente, com os seus nos espaços familiares. Diante disto, a família torna-se uma participante ativa junto ao processo de reintegração do indivíduo à sociedade (NAVARINI; HIRDES, 2008).

Contudo, pode-se perceber em grande parte dos casos, o despreparo das famílias para lidar com a situação conturbadora em que estão inseridas. Muitas não entendem o significado do diagnóstico emitido e com isso, também não compreendem como devem proceder. O contexto social e familiar que vivenciam e o baixo nível de escolaridade são fatores agravantes deste processo.

Com base nessa problemática, torna-se essencial buscar soluções específicas que atenuem esse quadro, considerando os recursos disponíveis e construindo possibilidades, criando e reinventando estratégias e mecanismos de resoluções de tais problemas.

Mediante o contexto abordado, este estudo tem a pretensão de apresentar resultados de pesquisas realizadas sobre a importância do relacionamento familiar no processo de inclusão social da criança com transtorno mental, tendo como enfoque o estado emocional dos genitores em relação à situação exposta, a interferência dos problemas comportamentais destas crianças na rotina do lar e, a importância do relacionamento com seus familiares para seu desenvolvimento e convivência em sociedade.

Tendo em vista a relevância social e científica da temática, entendo que este estudo traz contribuições importantes para a ampliação e difusão do conhecimento sobre práticas de

cuidado à criança com Transtorno Mental, incluindo o surgimento de um novo olhar em relação à convivência da família. Esta se encontra inserida nesse processo como sujeito ativo e responsável pela construção de uma nova prática de cuidado rumo à reabilitação psicossocial, fazendo ver que a experiência de conviver com a criança que possui o Transtorno Mental também pode possibilitar o crescimento pessoal e familiar.

O objetivo central deste estudo é descrever a importância do relacionamento familiar para o processo de inclusão social da criança com transtorno mental.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, em que buscou-se em autores estudiosos da temática em questão, dados que expressem a importância do relacionamento familiar em lares com crianças que tenham algum tipo de transtorno mental, enfatizando situações experienciadas por estas crianças e suas famílias.

Essa busca foi realizada em plataformas da Scielo, priorizando as palavras “transtorno mental”, “inclusão social” e “relacionamento familiar”, dentre os artigos resultados da pesquisa, foram escolhidos aqueles que mais se adequaram ao tema que se pretendia trabalhar. A busca resgatou artigos, em sua maior parte, dos anos entre 2001 e 2004, o que sugere uma maior produção deste tema nesse período de tempo, publicados nesta plataforma.

Após análise dos resumos e leitura dos artigos, foi elaborado este estudo, buscando exprimir dos mesmos os pontos mais relevantes para tratar do assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados de acordo com os achados nos estudos analisados, onde buscou-se pontuar os itens mais relevantes acerca da temática abordada.

As relações familiares e o indivíduo com transtorno mental

A família é um dos principais meios socializadores com o qual a criança tem contato. Através da família, os comportamentos e normas sociais, valores, princípios e crenças, são apreendidos pelas crianças e refletidos em sua maneira de se portar diante das diversas situações a que estiverem envolvidas, por este motivo o contexto familiar e as interações entre



pais e filhos, são essenciais para a promoção do desenvolvimento social dos filhos (BOLSONI-SILVA; DEL PRETTE E OISHI, 2003).

Em se tratando de famílias com filhos que apresentem necessidades especiais, essas relações tornam-se ainda mais influenciadoras, pois terão que driblar situações inesperadas que poderão modificar planos e expectativas dos pais, comprometendo toda a dinâmica familiar, inclusive com os demais membros.

Os pais tendem a projetar em suas mentes, desde o início ou até mesmo antes da gravidez, sonhos de como será o bebê, o sexo, com quem irá parecer, como serão os passeios no parque, quando chamará papai ou mamãe, o primeiro dia na escola, seu desempenho e até a carreira profissional. O lugar da criança na família fica então determinado pelas expectativas criadas por seus progenitores (FIAMENGHI JR; MESSA, 2007).

Silva e Dessen (2001), descrevendo sobre as interações familiares no caso de ter uma criança com Deficiência Intelectual (DI), afirmam que para conseguir superar e aceitar a presença desta criança, a família passa por um longo processo, até instituir um ambiente familiar propício para a inclusão da mesma.

É comum perceber que, mesmo após o choque inicial, a presença de uma criança que apresente transtorno mental, principalmente nos casos de DI, demanda uma organização extra do sistema familiar e social, de forma a atender as necessidades excepcionais, o que pode ser um processo rápido ou durar anos e mudar o estilo de vida da família, seus valores e papéis (BUSCAGLIA, 1997).

Ter uma criança com transtorno mental na família pode ser um fator de stress ou não, porém, em maior ou menor escala, todos os membros são atingidos por reações, sentimentos e estados emocionais que influenciam, de alguma forma, o relacionamento entre seus membros, comprometendo diretamente o desenvolvimento da criança com transtorno mental (SILVA; DESSEN, 2004).

Núñez (2003) defende a ideia de que a presença de uma criança deficiente não necessariamente, irá abalar a qualidade de vida da família. Em pesquisa realizada em famílias com filhos deficientes, o autor descreve os conflitos existentes e os indicadores de risco, porém conclui que tais conflitos não surgem obrigatoriamente devido a deficiência de um de seus membros, mas em função das possibilidades de adaptação a nova situação. Neste caso, pode-se inferir que, apesar de compor um quadro de população de risco, não há a certeza de que esse risco venha a se concretizar.



Valério (2004) também concorda com este aspecto quando em sua pesquisa com mães de crianças com deficiência mental e múltipla, em processo de reabilitação, apresenta como resultado índices satisfatórios de qualidade de vida.

Pereira e Pereira Jr. (2003) em pesquisa realizada junto ao NAPS (Núcleo de Atenção Psicossocial) em Ribeirão Preto sobre as dificuldades enfrentadas pelas famílias com pacientes com transtorno mental, identificaram que *“a falta de orientação às famílias pode fazer com que eclodam conflitos e descompassos entre o paciente e a dinâmica familiar, com prejuízos para o processo terapêutico”*. Segundo eles, foi possível perceber que os familiares dos pacientes buscam escuta, acolhimento e auxílio, com a finalidade de amenizar experiências com a pessoa com transtorno mental e que a ausência desse auxílio e da informação correta pode vir a causar descompassos no convívio familiar, causando *stress* entre os membros da família.

Ao analisar estudos relativos à relação familiar de crianças com transtornos mentais, é possível perceber que a dificuldade de incluir socialmente a criança, não depende só da falta de informação e empenho da família, mas também podem ser observados fatores como grau de escolaridade e nível socioeconômico de seus membros, o tipo e o grau do transtorno.

Koga (1997), analisando os problemas que as famílias enfrentam na convivência com o doente mental, detectou três tipos de sobrecargas que são impostas às famílias: financeira, física e emocional, identificando ainda alterações nas atividades de lazer e sociabilidade.

Borba e cols. (2008), realizaram um estudo em Centros de Atenção Psicossocial I e II, de cinco municípios da região Sul do país e, em uma análise qualitativa dos dados obtidos de dez familiares em um CAPS II que fez parte de tal estudo, puderam verificar o desgaste causado na família por conviver com o sofrimento psíquico. Foram apontadas nas falas do familiares a questão de tentar compreender e lidar com comportamentos não convencionais como falar sozinho, inversão do ciclo de sono, retraimento social, humor inconstante, descuido com a higiene pessoal, despertando com isso, sentimentos ambíguos.

Observa-se então, a partir dos estudos analisados, que a família sozinha não consegue lidar com os problemas advindos da relação com um dos seus membros com transtorno mental. Fica evidente, a necessidade de um apoio multiprofissional, que auxilie na recuperação e/ou socialização do doente, pois, apesar de ser parte fundamental do processo, oferecendo amor, cuidado e acolhimento àquele que se encontra mentalmente adoecido, a família precisa obter informações, orientações e soluções de como lidar com a situação apresentada.

A equipe profissional e a família do portador de transtorno mental

Um suporte social organizado e preparado pode proporcionar apoio aos familiares para o enfrentamento da situação. Neste caso, observa-se a importância da assistência profissional às famílias. O contato mais próximo do profissional com a família da criança que sofre com transtorno mental pode contribuir para uma significativa melhora na qualidade de vida destes, uma vez que além das terapias com o paciente, a família pode ser incluída em programas assistenciais que visam informar, cooperar, integrar e buscar saídas para determinadas situações apresentadas, bem como mostrar para estes que não estão sozinhos nesta tarefa de cuidar e que outras famílias também experienciam a questão de conviver com pessoas com transtornos mentais (BORBA; SCHWARTZ; KANTORSKI, 2008).

Ainda segundo estes autores, nestes grupos familiares deve-se prestar esclarecimentos sobre comportamento, sintomatologia, tratamento com e sem uso de psicofármacos, como também seus efeitos colaterais. Esse cuidado com a família propiciará segurança para a mesma agir adequadamente diante do quadro apresentado.

Todo o contexto apresentado sugere desafios para a equipe multiprofissional também, uma vez que existe a dificuldade, muitas vezes, de incluir os familiares no processo de (re)socialização do indivíduo com transtorno mental. Mas, cabe a tais profissionais elaborar meios e estratégias para que isso ocorra, buscando através da aproximação fazer com que a família entenda seu papel significativo e decisivo no processo.

Navarini e Hirdes (2008) deixam claro a necessidade de uma resignificação do papel do profissional da saúde frente aos problemas vivenciados por familiares que tenham em seu ciclo de convivência pessoas com transtorno mental. Sobre isto eles entendem que:

“...para a família, que é o alicerce fundamental das relações humanas, o fato de ter em seu núcleo um membro portador de transtorno mental ocasiona, para ambos, uma experiência crítica, avassaladora, que marca profundamente as suas vidas. Os profissionais de saúde devem refletir sobre suas intervenções junto ao portador de transtorno mental e seus familiares e identificar as necessidades deste grupo” (NAVARINI; HIRDES, 2008).

Diante desse contexto, Pereira e Pereira Jr. (2003) afirmam que existe a necessidade dos profissionais de saúde estarem próximos do universo familiar, porém com a consciência de que serão diversas e complexas as realidades confrontadas, pois cada família reage de uma



forma diferente quanto ao assunto em questão, cada família tem suas expectativas, dinâmicas próprias e meios de lidar, porém todas necessitam de orientações a respeito do assunto, apoio e cooperação, uma vez que é consensual a afirmação de que a mesma é parte imprescindível no processo de inclusão social da criança com transtorno mental, sabendo que, esse contexto sendo trabalhado e superado enquanto o indivíduo ainda é criança, propiciará significativa melhoria no convívio social quando adulto.

CONCLUSÃO

Após análise dos resultados das pesquisas separadas para este estudo, foi possível constatar a importância conferida às relações familiares no tratamento e inclusão social do paciente com transtorno mental. Um ambiente familiar saudável que inspire aconchego e segurança ao indivíduo mentalmente doente, irá facilitar seu processo de socialização e melhorar a harmonia na convivência em casa.

Apesar das dificuldades sofridas pelas famílias em suas diversas áreas, percebe-se que buscar estratégias para o enfrentamento é a melhor maneira de se ter progresso no processo de socialização.

É aceitável e humano, o luto após a notícia, pois nem todos ou ninguém está preparado para situações que fogem ao seu controle ou que ameaçam causar mudanças repentinas e duradouras, porém, após esse período, buscar auxílio é a melhor opção. Profissionais capacitados e especializados para lidar com crianças, no caso desse estudo, com transtornos mentais, poderão ser grandes aliados nesta luta.

Também é necessário haver, por parte dos profissionais da saúde, empenho no cuidado do tratamento com os familiares da criança com transtorno mental, os quais muitas vezes encontram-se cansados, sobrecarregados, financeiramente e psicologicamente abalados, entre outras situações que demandam do tipo e grau de dificuldade apresentada pela criança.

Um olhar atento dos profissionais de saúde para os familiares, através de projetos e serviços psicossociais, que propiciem assistência, apoio, informação e orientação em diversas áreas, poderá minimizar o sofrimento das famílias e promover estratégias de enfrentamento da situação, corroborando para uma melhor qualidade de vida de ambas as partes, família e paciente com transtorno mental.

A investigação evidenciou a necessidade de estimular e capacitar equipes de saúde no cuidado das famílias, promovendo com isso um despertar e ressignificação da atuação do profissional de saúde frente às necessidades demandadas por estas. Nas palavras de Borba



e cols. (2008): “*Mais do que uma aliada na efetivação do modelo psicossocial emergente, ela (a família) deve ser encarada como foco de intervenção, para que seus anseios sejam acolhidos e sua sobrecarga minimizada*”.

REFERÊNCIAS

BOLSONI-SILVA, A. T.; DEL PRETTE, A.; OISHI, J. Habilidades Sociais de Pais e Problemas de Comportamento de Filhos. **Argumento**- Ano V, n. 9; 2003.

BORBA, L.O; SCHWARTZ, E; KANTORSKI, L. P. A Sobrecarga da Família que Convive com a Realidade do Transtorno Mental. **Acta Paul Enferm**, Curitiba, 2008.

BUSCAGLIA, L. **Os Deficientes e seus Pais**. Trad. Raquel Mendes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

FIAMENGHI JR, G.A; MESSA, A.A. Pais, Filhos e Deficiência: Estudos Sobre as Relações Familiares. **Psicologia Ciência e Profissão**. p. 236-245, São Paulo, 2007.

KOGA, M. - **Convivência com a pessoa esquizofrênica: sobrecarga familiar** [dissertação]. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1997.

NAVARINI, V; HIRDES, A. A família do Portador de Transtorno Mental: identificando recursos adaptativos. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2008.

NÚÑEZ, B. La familia con un hijo con discapacidad: sus conflictos vinculares. **Archives Argentinian of Pediatrics**, Buenos Aires: Sociedad Argentina de Pediatría, 101 (2), 133-142, 2003.

PEREIRA, M. A. O; PEREIRA JR, A. Transtorno mental: dificuldades enfrentadas pela família. **Rev Esc Enferm USP**, 2003.

SILVA, N. L. P.; DESSEN, M. A. Deficiência mental e família: implicações para o desenvolvimento da criança. **Psic.: Teor. e Pesq.** vol.17, n.2, pp.133-141, Brasília, 2001.

_____. O que significa ter uma criança com deficiência mental na família? **Educar em Revista**, Curitiba, p. 161-183, 2004. Editora UFPR.

VALÉRIO, N. **Qualidade de Vida de Mães de Crianças Deficientes**. Dissertação de Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2004.